



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008032-23.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **PAULO ROBERTO ROSALES**
Requerido: **VLADEMIR BASSI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito ocorrido quando os veículos conduzidos pelas partes passavam por cruzamento dotado de sinalização semafórica.

As partes atribuem-se reciprocamente a responsabilidade pelo evento, deixando claro que no momento do impacto o semáforo permitia a passagem de seu automóvel e que estava fechado para o da parte contrária.

A única prova documental amealhada a propósito do episódio em apreço concerne ao Boletim de Ocorrência elaborado pelo autor (fls. 02/05), cujo valor é limitado porque simplesmente reproduz as palavras dele.

De outra parte, as partes deixaram claro que não tinham interesse em alargar a dilação probatória como se vê a fls. 31, 33 e 34.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante desse cenário, é forçoso concluir que nenhum elemento de convicção seguro foi coligido para estabelecer com segurança como se deram os fatos noticiados.

As explicações das partes não contaram com o respaldo de um indício sequer, mas como remanesceram isoladas nada existe para patentear que uma devesse preponderar em relação à outra.

Reputo, portanto, que é impossível definir com a indispensável certeza quem teria sido o causador do acidente ou mesmo afastar a perspectiva de que ele atinasse à culpa concorrente dos motoristas.

Nenhuma alternativa dessa natureza poderia ser excluída e em consequência tomo como preferível rejeitar a pretensão deduzida, a exemplo do pedido contraposto formulado pelo réu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES a ação e o pedido contraposto**, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**